

Geração de empregos formais: Balanço 2018 e Perspectivas 2019

Reformas são imprescindíveis para a melhora da nota de crédito do Brasil

Balanço de pagamentos apresenta aumento no *déficit* em Conta corrente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Geração de empregos formais: Balanço 2018 e Perspectivas 2019

Brasil e Rio Grande do Sul voltaram a gerar empregos, mas em quantidade insuficiente para repor as perdas da crise.

Em 2018, o Brasil registrou a criação de 529,6 mil empregos com carteira assinada, fruto da diferença entre 15,384 milhões de admissões e 14,854 milhões de desligamentos no mercado de trabalho formal. Foi o primeiro resultado positivo após três anos de perdas (2015 a 2017), período com saldo acumulado de 2,9 milhões de vagas extintas. Portanto, foram recuperados apenas 18,4% dos postos de trabalho perdidos com a crise. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foram divulgados na semana passada pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia.

Os três grandes setores abriram vagas no ano passado, com destaque para os Serviços com saldo positivo de 502,4 mil postos. A Indústria brasileira gerou 24,5 mil empregos, puxada pelo desempenho positivo da Construção (+12,1 mil) – cabe lembrar que em novembro o setor apresentou o primeiro saldo positivo no acumulado em 12 meses após 50 meses de perdas. Na Indústria de transformação, por sua vez, houve criação de apenas 1,7 mil vagas, um desempenho pífio para o setor que perdeu 1,1 milhão de vagas entre 2014 e 2017. Por fim, a Agropecuária fechou o ano com saldo positivo de 2,7 mil empregos no País.

No Rio Grande do Sul, foram gerados 20,2 mil empregos formais entre janeiro e dezembro de 2018. Assim como no Brasil, foi o primeiro saldo positivo após 3 anos de perdas. No entanto, uma parcela menor de vagas foi recuperada no ano passado em relação ao total do País: apenas 13,0% das 156 mil perdidas nos anos de recessão.

Em termos setoriais, a Agropecuária (-1,4 mil) perdeu vagas, e os Serviços (+19,8 mil) apresentaram o melhor resultado. A Indústria (+1,9 mil) registrou o primeiro saldo positivo após 4 anos de perdas, mas pouco recuperou das 135,9 mil vagas fechadas entre 2014 e 2017: somente 1,4%. Dos quatro subsetores do setor industrial, somente a Indústria extrativa perdeu vagas no ano (-224). Na Transformação (+1,2 mil), 13 dos 24 segmentos mais contrataram do que demitiram, com os destaques positivos vindos de Alimentos (+3,8 mil), Veículos automotores (+3,2 mil) e Máquinas e equipamentos (+1,4 mil), e os destaques negativos de Couro e calçados (-4,0 mil), Outros equipamentos de transporte (-1,5 mil) e Vestuário e acessórios (-1,2 mil). Já na Construção (+923), o desempenho dos Serviços especializados para a Construção (+2,4 mil) compensou as perdas em Construção de edifícios (-1,2 mil) e Obras de infraestrutura (-289).

Em linhas gerais, 2018 pode ser considerado um ano de frustração para o mercado de trabalho com carteira assinada. Tendo em vista que o mercado de trabalho é o último pilar da economia a se recuperar nas crises –

assim como é o último a cair –, era difícil esperar uma melhora expressiva. No entanto, diversos analistas estimavam que a geração de empregos formais passasse de 1 milhão. O próprio Ministério do Trabalho previa a criação de 1,8 milhão de vagas para 2018, considerando um crescimento do PIB na ordem de 3%. O fato é que a economia não deslanchou e o que se viu foi a continuidade da recuperação lenta e gradual iniciada em 2017.

Para 2019, nossas projeções divulgadas no Balanço Econômico 2018 e Perspectivas 2019 apontam para uma geração de empregos mais intensa frente a observada no ano passado. No cenário base, há uma expectativa de criação de 858,3 mil postos de trabalho no País. Entre os setores de atividade, os Serviços devem abrir o maior número de vagas, com saldo positivo de 608,6 mil. Já na Indústria, a criação de empregos deve chegar aos 239,5 mil, com um desfecho bastante positivo na Transformação (+171,0 mil) e considerável na Construção (+57,1 mil). No Rio Grande do Sul deve haver a criação de 54,6 mil vagas, com destaque para o setor de Serviços (+38,0 mil) e melhora na Indústria (+15,0 mil) em comparação aos anos anteriores. Portanto, a geração de empregos formais deve se intensificar em 2019, mas ainda em montante insuficiente para repor as vagas perdidas nos últimos anos.

Geração de empregos formais – BR e RS

(Saldo em mil vínculos)

	Acum. Crise (2015-2017)	2018	Projeção 2019**
BRASIL			
Agropecuária*	262,6	2,7	10,2
Indústria	-2.206,1	24,5	239,5
Transformação*	-1.077,3	1,7	171,0
Construção*	-1.063,1	12,1	57,1
Outras	-68,5	10,7	11,4
Serviços	-974,6	502,4	608,6
Total	-2.873,5	529,6	858,3
RIO GRANDE DO SUL			
Agropecuária*	0,8	-1,4	1,5
Indústria	-135,9	1,9	15,0
Transformação*	-100,1	1,2	9,4
Construção*	-32,4	0,9	2,4
Outras	-4,5	-0,2	3,3
Serviços	-39,5	19,8	38,0
Total	-156,0	20,2	54,6

* Saldo negativo já observado em 2014. Portanto, o acumulado da crise refere-se ao período 2014-2017.

** Projeção UEE/FIERGS.

Fonte: CAGED/Ministério da Economia.

Reformas são imprescindíveis para a melhora da nota de crédito do Brasil

O Brasil inicia o ano sob os olhares atentos dos investidores, surgindo como um dos principais destinos para aplicação do capital estrangeiro entre os emergentes. Apesar dos sinais de desaceleração da economia global, a estimativa do FMI para o Brasil foi revista em 0,1 p.p. para cima, resultando em um crescimento de 2,5% em 2019.

O quadro atual contempla inflação e taxa de juros sob controle, aliada a um Real se valorizando. Ademais, a abertura do hiato do produto sugere a existência de ociosidade na economia, havendo espaço para o crescimento sem pressões inflacionárias. Além disso, desde a vitória de Bolsonaro, o índice IBOVESPA registra recordes sucessivos, e indicadores de confiança da indústria e do comércio apontam o otimismo dos empresários, refletindo a percepção dos agentes em relação às diretrizes da economia nos próximos anos.

Em vista disso, o risco país (CDS) despencou de 311, em setembro, para atuais 172 pontos. De acordo com a paridade descoberta da taxa de juros, significa dizer que o prêmio de risco pago aos investidores por manter títulos do tesouro na carteira diminuiu, o que mostra uma melhora sobre as perspectivas de solvência dos ativos brasileiros. Ao analisar o gráfico, é possível ver uma correlação positiva entre o risco país e a taxa de câmbio (R\$/US\$), isto é, à medida que o câmbio se move para baixo (cima), ocorre valorização (desvalorização) do Real e diminuição (aumento) do risco país. De forma similar, observa-se que, o quanto maior for o diferencial de juros, maior será o risco país.

Balanço de pagamentos apresenta aumento no déficit em Conta corrente

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), o País encerrou 2018 com *déficit* em Conta corrente de US\$ 14,5 bi, saldo superior ao registrado em 2017 (-US\$ 7,3 bi), segundo estimativas da Instituição. Feita a análise desagregada do Balanço de pagamentos, observou-se que o resultado se deve, principalmente, ao crescimento mais do que proporcional das importações sobre as exportações, que levaram à queda de 16,3% no *superávit* da Balança comercial (+US\$ 53,6 bi).

A conta Serviços se manteve estável em 2018 (0,3%), apresentando *déficit* de US\$ 34 bi. O aumento das despesas líquidas em Transportes (23,7%) foi compensada, em parte, pelas diminuições das despesas líquidas de Viagens (6,4%) e Aluguel de equipamentos (10,7%). Por último, houve diminuição de 8,4% no *déficit* em Renda primária, conta que encerrou o ano em US\$ 36,7 bi. A elevação das taxas de juros externas tiveram impacto positivo sobre a remuneração das Reservas internacionais, diminuindo o saldo da conta Juros em -18,5%.

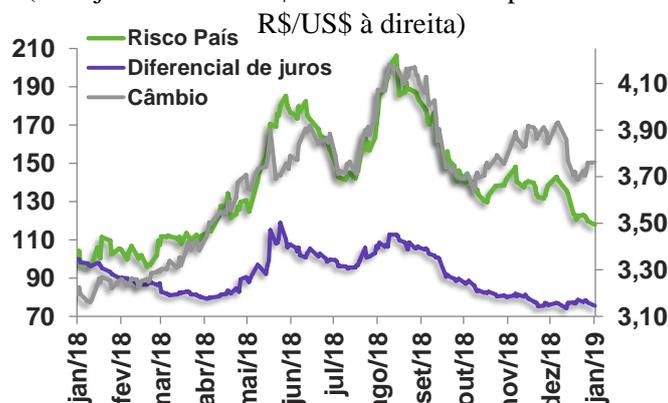
Em relação a Conta Financeira, destacou-se a conta de Investimentos diretos no país (IDP), assinalando US\$ 88,3 bilhões em 2018, crescimento de 25,7% em relação ao ano imediatamente anterior. O desempenho do fluxo de IDP decorre das operações intercompanhia,

Dado a expressiva redução do CDS, o mercado já projeta a melhora das notas de crédito do Brasil, atualmente classificada como BB- (S&P e Fitch) e Ba2 (Moody's). Contudo, entre 18 emergentes avaliados, o Brasil apresenta a pior relação dívida bruta/PIB, o que evidencia o risco fiscal que o País enfrenta.

Acreditamos que este movimento do CDS decorre da diminuição do risco político e da expectativa da aprovação da reforma da Previdência. Sem a realização da reforma, o Brasil estará condicionado a uma dinâmica de baixo crescimento, somada a uma maior volatilidade do câmbio. Portanto, para que haja um *upgrade* das notas de crédito, é preciso que o governo avance na agenda de reformas nos próximos meses.

Evolução do risco soberano do Brasil

(base jan/2018 = 100 | taxa de câmbio expressa em



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração UEE/FIERGS.

*O diferencial de juros é calculado pela subtração entre a taxa DI e os *High Yields bonds*.

especialmente aos créditos de filiais no exterior para matrizes no Brasil.

Quanto aos Investimentos em carteira de ações, cotas em fundos e títulos de renda fixa, negociados no Brasil, houve uma saída líquida de capital no total de US\$ 12,0 bi. As saídas líquidas de instrumentos de portfólio negociados no país concentraram-se em ações e fundos de investimento, que passaram de ingressos líquidos de US\$ 5,3 bi, em 2017, para saídas líquidas de US\$ 7,7 bi em 2018.

Já o estoque de Reservas internacionais atingiu US\$ 374,7 bi ao fim de dezembro de 2018. De acordo com o BCB, as operações de linhas com recompra reduziram parte do estoque das reservas, ao mesmo tempo que as variações dos preços e paridades, e as receitas de juros, proporcionaram incrementos ao montante.

Em última análise, destacamos que a relação saldo em Conta corrente/PIB ainda é baixa (0,8%), o que deixa o País vulnerável à redução de liquidez internacional. No entanto, o IDP foi suficiente para cobrir este *déficit* no ano. Ademais, a relação Reservas/Dívida externa de curto prazo (354,2%) mostra que o Brasil possui uma elevada quantia para fazer frente às suas obrigações imediatas.